

tejo, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 64.º e do artigo 65.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, os docentes do quadro de nomeação definitiva abaixo indicados:

Grupo	Nome	Do QE	Código	Para o QE	Código
110	Maria Helena Santos Sousinha Piló	EB 1 Alvito n.º 1	203166	EB 1 de Viana do Alentejo	282819
110	Alda Santos Carmo	EB 1 de Montemor-o-Novo	234321	EB 1 de Viana do Alentejo	282819
500	Nely Maria Vila Nova	EB 2, 3 de Reguengos de Mon-saraz.	346408	EB 2, 3/S Dr. Isidoro de Sousa	345787
510	Maria Augusta Romeiro Valente Palla Lizardo.	ES/3 de Ponte de Sor	403441	EB 2, 3/S Dr. Isidoro de Sousa	345787

27 de Junho de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuel Carvalho Aleixo*.

Direcção Regional de Educação do Algarve

Agrupamento de Escolas D. Afonso III

Aviso n.º 13 759/2007

Maria Adelina Neto Mascarenhas Godinho, presidente do conselho executivo do Agrupamento, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 23 106/2006, do director regional de Educação do Algarve, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 13 de Novembro de 2006, homologou os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro, referentes ao ano lectivo de 2006-2007, dos seguintes docentes:

Carina Matos da Silva.
Lina Maria Isidoro Gonçalves Neto Carriço.
Pedro Luís Rico José.
Sónia Maria Fidalgo Mateia.
Vitor Leonel Rodrigues Mendes Esculcas.

13 de Junho de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Adelina Neto Mascarenhas Godinho*.

Aviso n.º 13 760/2007

Maria Adelina Neto Mascarenhas Godinho, presidente do conselho executivo do Agrupamento, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 23 106/2006, do director regional de Educação do Algarve, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 13 de Novembro de 2006, homologou os contratos administrativos de serviço docente referentes ao ano lectivo de 2006-2007 dos seguintes docentes:

Andreia Cristina de Barros Basílio.
Carla Alexandra Pereira Cardoso Pires Monteiro Nunes.
Costa Martins.
Cristóvão Manuel Costa Silva.
Esmeralda da Conceição Nunes Franganito Olho Azul.
Frederico Ribeiro Escada.
Guilherme Viviano Barroso Garboa.
Isabel da Silva Costa Barata Feio.
João Pedro Mascarenhas Borges Godinho.
Jones dos Santos.
Luís Filipe Guerreiro Militão.
Mafalda Cristina Rodrigues Pires.
Mário Sérgio de Almeida Peliquito.
Nelson Parreira Ramos.
Orlandina Maria do Vale Barros Laranjo.
Orlando Costa Martins.
Rosa Maria Augusto Fernandes.
Susana Isabel Brazuna Nassa.
Susete de Fátima Barriga Paixão.

13 de Junho de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Adelina Neto Mascarenhas Godinho*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Biblioteca Nacional de Portugal

Despacho (extracto) n.º 16 751/2007

Por meu despacho de 21 de Maio de 2007, foi a Aurora Marques Machado, técnica superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Biblioteca Nacional, em regime de substituição como chefe de divisão de Coleções do Fundo Geral, reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessor principal da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 21 de Maio de 2007, precedendo confirmação da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da referida data, sem prejuízo de continuar a exercer, em substituição, o cargo em que se encontra nomeada.

12 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Despacho (extracto) n.º 16 752/2007

Por despacho de 2 de Junho de 2007 da Ministra da Cultura, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, notifica-se Salustiano Tilman, auxiliar administrativo do quadro de pessoal da Biblioteca Nacional, que lhe foi aplicada a pena de demissão, na sequência do auto que lhe foi instaurado por falta de assiduidade, tendo sido consideradas faltas injustificadas as dadas desde 19 de Fevereiro de 1999, conduzida que levou a concluir ter havido abandono do lugar por parte do funcionário, infração sancionável com pena de demissão por violação do dever geral de assiduidade e por se desconhecer o seu paradeiro, conforme previsto no n.º 3 do artigo 72.º do referido Estatuto Disciplinar.

25 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Despacho (extracto) n.º 16 753/2007

Por meu despacho de 19 de Junho de 2007, com a anuência do serviço de origem, foi Manuel Carlos Seguro Carreira, operador de reprografia do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., transferido com a mesma categoria e carreira para o quadro de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, a partir de 1 de Julho de 2007, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, considerando-se exonerado do lugar de origem à data da aceitação do novo lugar.

6 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

Despacho (extracto) n.º 16 754/2007

Por despachos de 14 de Junho de 2007 do director do IGESPAR, I. P.:

Foi José Manuel Gomes Honrado, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do ex-IPPAR, nomeado definitivamente assessor da mesma carreira

e quadro, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos reportados a 30 de Abril de 2007.

Foi Maria Isabel Fonseca Melo, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do ex-IPPAR, nomeada definitivamente assessora da mesma carreira

e quadro, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos reportados a 30 de Abril de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho*.



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso n.º 13 761/2007

Para efeitos do disposto no artigo 89.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, torna-se público que o Ministério Público, no âmbito dos processos abaixo mencionados, declarou não requerer procedimento jurisdicional, pelo que os órgãos de direcção, superintendência ou tutela sobre os visados poderão exercer o direito de acção no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso:

Objecto do processo	Número do processo	Relatório n.º	Secção
Concessão de apoios a instituições particulares de solidariedade social e entidades equiparadas no Centro Distrital de Segurança Social do Porto	45/05-AUDIT	35	2.ª
Município de Silves	5322/2003	VIC-2	2.ª
Município de Tondela	5394/2001	VIC-3	2.ª

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 16 755/2007

Por meu despacho de 4 de Julho de 2007, foram promovidos, na sequência de concurso interno de acesso misto, para a categoria de técnico profissional especialista da carreira de técnico profissional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, sede, os funcionários abaixo indicados:

Quota interna:

- 1.º Lúcia Maria Almeida Alves Gaspar;
- 2.º Jorge Manuel Pereira Vieira Balsas;

Quota externa:

- 1.º Leonor Maria Vila-Chã Dionísio Ramos de Ascensão.

4 de Julho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Helena Abreu Lopes*.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA

Anúncio n.º 5055/2007

A Dr.ª Eleonora Pereira de Almeida Viegas, juíza de direito, faz saber que nos autos de acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, registados sob o n.º 282/07.7BELSB, que se encontram pendentes na 3.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, em que é autor o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos e réu o Ministério das Finanças e da Administração Pública, são os contra-interessados constantes da lista de classificação final do concurso interno para admissão a estágio com vista ao provimento de 700 lugares na categoria de técnico de administração tributária-adjunto (TATA), nível 1, grau 2, do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, aberto pelo aviso n.º 10 838/2005,

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230, de 30 de Novembro de 2005, citados para, no prazo de 15 dias, se constituírem contra-interessados, nos termos do artigo 82.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), cujo pedido consiste em:

- a) Reconstituir, no prazo de 30 dias, a situação que existiria se o acto anulado não tivesse sido praticado, o que implica a repetição de todos os actos do procedimento, expurgados dos vícios que foram considerados na sentença e a elaboração de nova lista de classificação final;
- b) Remover, reformar ou substituir actos jurídicos e alterar situações de facto que possam ter surgido na pendência do processo e cuja manutenção seja incompatível com a sentença de anulação, a realizar no prazo de 30 dias;
- c) Dar cumprimento ao disposto no artigo 173.º, n.º 4, do CPTA, se ocorrer a situação aí prevista.

São contra-interessados os candidatos aprovados constantes da lista de classificação final do aviso n.º 10 838/2005.

Uma vez expirado o prazo para se constituírem como contra-interessados, consideram-se citados para contestar, no prazo de 30 dias, a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na Secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação, devem deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.

Caso não lhe seja facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juízo do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contra-interessado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

É obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

O prazo acima indicado é contínuo e, terminando em dia em que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

2 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Eleonora Pereira de Almeida Viegas*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Henriques*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

Anúncio n.º 5056/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 202/07.9TBACB

Requerente — Banco BPI, S. A. — Sociedade Aberta.
Insolvente — Filipes Rações, S. A.

Nos autos de insolvência acima identificados em que é insolvente Filipes Rações, S. A., número de identificação fiscal 500841675, com endereço no Bairro da Figueira, Benedita, 2475-013 Benedita, e administrador de insolvência António J. Cardoso Simões, com endereço no Apartado 10107, 3031-601 Coimbra, ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 3 de Setembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.